

Aposentadoria em perigo!

Como o Informativo Adusp, edições 201, 203 e 204, vem informando desde outubro de 2005, pairam ameaças sobre o sistema previdenciário dos servidores públicos do Estado de São Paulo, incluindo aí docentes e funcionários das três universidades estaduais. O Boletim do Fórum das Seis, encartado neste Informativo, destaca os principais problemas que foram detectados nos Projetos de Lei Complementar (PLC) 30, 31 e 32/2005. Como esses PLC foram encaminhados pelo governador Alckmin em regime de urgência, eles se encontram, desde 16 de novembro, na ordem do dia da Assembléia Legislativa (Alesp), podendo assim ser votados a qualquer momento.

Deputados governistas têm tentado influenciar setores do funcionalismo buscando convencê-los da inevitabilidade das medidas introduzidas pelos PLC. Por outro lado, várias dessas medidas são tão nocivas ao funcionalismo que deputados da própria base governista, considerando o fato de estarmos em ano eleitoral, relutam em aprovar esses projetos.

Por conta disso, o Fórum das Seis propõe ao funcionalismo estadual que pressione o Legislativo para aprovar a imediata retirada dos PLC da Alesp e a abertura de um debate democrático para a construção de um modelo de previdência que atenda aos interesses dos trabalhadores.

Sem paridade

A respeito dos PLC 30, 31 e 32, o *Informativo Adusp* consultou a posição de duas entidades sindicais de grande peso no funcionalismo e que procuraram, por intermédio de negociações com o governo Alckmin, eliminar os aspectos mais negativos das medidas em trâmite na Alesp.

O presidente da Apeoesp-Sindicato dos Professores da

Rede Estadual, Carlos Ramiro, informou que as negociações realizadas até agora foram infrutíferas.

“O governo abriu um processo de negociações. Mas praticamente não aceitou nada do que propusemos”, protesta.

Uma das principais reivindicações das entidades é a paridade nos cargos de direção da futura São Paulo Previdência (SPPrev), pois o PLC 30 reserva ao Governador o poder de nomear praticamente todos os seus principais dirigentes. Mas, segundo Ramiro, o governo só abre mão de nomear um dos cinco diretores executivos.

“Queremos paridade entre o funcionalismo e as pessoas indicadas pelo Governador, e que o presidente seja escolhido pelo próprio Conselho Administrativo e não pelo Governador. Isso eles também não aceitam”, revela o presidente da Apeoesp, referindo-se aos negociadores oficiais, o antigo Secretário da Fazenda e o atual.

Uma das poucas concessões do governo foi aceitar a paridade no Conselho Fiscal, cujo presidente poderia ser um representante do funcionalismo.

Auditoria no Ipesp

Outra reivindicação fundamental é a abertura da “caixa preta” do Ipesp, incluindo a realização de cálculos atuariais que informem qual é o montante da dívida do Estado. “Eles dizem que o Estado vai continuar pagando todas as aposentadorias, mas não aceitam fazer os cálculos atuariais. Seria preciso fazer uma auditoria no Ipesp, para levantar o patrimônio e saber quanto o Estado deve”, afirma Carlos Ramiro.

Para ele, a instituição que o governo pretende criar será apenas uma fachada: “Na verdade, a SPPrev vai administrar o fluxo de dinheiro do governo, em vez de ser um fundo de aposentadoria com o governo pagando o que deve. O dinheiro vai continuar no Tesouro e você não sabe quanto é a dívida”.

De acordo com o presidente da Apeoesp, as novas medidas vão castigar uma vez mais o funcionalismo, havendo perigo de aumento do valor da contribuição. Ele lembra que, ao longo de décadas, o Ipesp vem contando apenas com as contribuições dos funcionários, e ainda so-

freu com desvios de verbas.

Segundo Ramiro, o governo vai colocar em votação os PLCs 31 e 32, mas assumiu o compromisso de não colocar na ordem do dia da Alesp o PLC 30, para o qual seriam reabertas as negociações. Um ato público do funcionalismo está sendo convocado para 14/3, às 10 horas, na Alesp.

“Mesmos vícios”

Ângelo D’Agostini, diretor-executivo do Sindsaúde, acredita que a SPPrev nada mais é do que a criação “de um novo Ipesp, maior em termos de tamanho, só que com os mesmos vícios de hoje”. O funcionalismo, diz ele, sempre questionou o modelo vigente na Previdência estadual, principalmente o Ipesp, cujos recursos foram usados pelo governo para fins clientelistas.

No entender de D’Agostini, o PLC 30 “vai na contramão de tudo o que a gente discute”, pois “seu objetivo é só o de adaptar a Previdência estadual à reforma federal da Previdência”. Isso ficou claro, explica, “na hora em que fomos discutir com o governo as alterações no projeto de lei”, quando as reivindicações

de democratização da gestão da SPPrev e de garantias contra o aumento da contribuição dos funcionários, hoje em 11%, foram barradas pelos representantes de Alckmin.

“Tem que estar na lei que não poderá haver aumento da contribuição do funcionalismo enquanto o governo não cobrir todas as contribuições que deveria ter feito desde a criação do Ipesp”, sustenta o diretor do Sindsaúde.

A realização de um cálculo do passivo atuarial permitiria que fosse criada uma reserva, “a ser utilizada para garantir que não haja aumento nas contribuições do funcionalismo”. Ou seja, as diferenças entre receitas e despesas da SPPrev seriam cobertas pelo governo estadual, e o passivo atuarial seria atualizado a cada ano, levando-se em conta a contribuição patronal de 22%.

Para D’Agostini, a recusa do governo em aceitar essa proposta demonstra que é real o risco de nova majoração dos valores pagos pelo funcionalismo: “Ficamos com uma desconfiança maior de que amanhã o governo possa querer aumentar a contribuição”.

Assembléia geral da Adusp

23 de fevereiro (quinta-feira), às 17 horas. Local: Auditório Jacy Monteiro (IME)

Pauta: Campanha Salarial • 25º Congresso do Andes (inclusive eleição de delegados) • PLC 30

“Enclave bancário” altera paisagem do campus

A instalação de quatro novas agências bancárias no Campus Butantã, em São Paulo, renderá aos cofres da USP cerca de R\$ 1,2 milhão por ano até 2010, o equivalente a 2% da verba de custeio e investimento (excluídos os gastos com pessoal) prevista para 2006, que é de R\$ 285 milhões. Em 2010, a universidade terá arrecadado aproximadamente R\$ 6 milhões com os repasses efetuados pelos bancos (veja tabela).

Os valores não incluem os investimentos realizados na construção da sede das agências, as quais são incorporadas ao patrimônio da universidade após a conclusão das obras. Os bancos poderão utilizar os prédios por cinco anos contados a partir da assinatura de contrato com a USP, renováveis por igual período. Depois, a universidade tem a prerrogativa de licitar novamente a área, não sendo vedada a participação dos atuais concessionários.

As instituições que venceram a concorrência pública nº 07/2005, aberta pela Coordenadoria do Espaço Físico (Coesf) e destinada à instalação de “novos serviços bancários”, são o HSBC, o Banespa (que já possuía uma agência na Cidade Universitária), o Bradesco e o Itaú.

As agências tinham que ser construídas pelas próprias instituições, na área do bolsão de estacionamento onde já havia outras agências, situada à Avenida Professor Luciano Gualberto, próxima à Antiga Reitoria.

Além dos referidos bancos, o local passou a contar, já no primeiro semestre de 2005, com a agência do Banco Real que antes se localizava na Rua do Anfiteatro, próximo às Colméias e ao Crusp. A construção da nova sede da agência, junto àquelas que já existiam no campus (Banco



Daniel Garcia

Novas agências bancárias - Repasses para a USP (2006-2010) (em R\$)

Bancos	Total (5 anos) (1)	Total (por ano)(2)	Taxa de administração mensal	Repasses (anuais)
Banespa	2.878.000,00	584.000,00	7.000,00	500.000,00
HSBC	1.360.000,00	279.800,00	6.500,00	201.800,00
Itaú	951.000,00	198.000,00	6.500,00	120.000,00
Bradesco	711.000,00	150.000,00	6.500,00	72.000,00
Total	5.900.000,00	1.211.800,00	26.500,00	893.800,00

(1) Já descontando os 6 meses de carência dados aos bancos (máximo de tempo destinado às obras). (2) Aqui se considera o pagamento em todos os meses do ano.

EDITORIAL

Situação controversa

Tal “enclave bancário” na USP causa, no mínimo, indignação. A concessão do espaço público para instituições privadas, ainda que com a contrapartida do “aporte anual de recursos financeiros” e da “taxa de administração mensal”, por parte das concessionárias, não se justifica, muito menos sob a alegação de instalar “novos serviços bancários”. Querem nos fazer crer que tal medida assume o caráter de utilidade pública? Quem decidiu isto? Teria o devido respaldo do Conselho Universitário? Ademais, a resposta do coordenador da Coesf de que a empreitada “não está centrada nos dias de hoje. Inicia-se em 1992, passa pelo Plano Diretor da Cidade Universitária em 1998”, pouco esclarece ou até confunde.

Cabe lembrar que, no passado, o único banco presente no campus, o antigo Banespa, era uma instituição pública. A Adusp entende que esse “enclave bancário”, ao lado das fundações privadas ditas “de apoio”, exacerba a promiscuidade público-privada, que precisa ser contida e revertida, sob pena de o passo seguinte ser a instalação de “praça de alimentação”, postos de gasolina, livrarias, ou outros pretensos “serviços públicos”.

do Brasil, Banespa e Nossa Caixa) foi possibilitada por um processo à parte da concorrência nº 07/2005, informa a Coesf.

A criação de um verdadeiro “enclave bancário” nas proximidades do Antigo Prédio da Reitoria alterou a paisagem da área. Foram necessárias obras de infra-estrutura em todo o entorno das agências, o que criou transtornos para a movimentação de pedestres e veículos.

Concorrência

O Edital de Concorrência nº 07/2005, lançado em março de 2005, estabelecia um processo de licitação do tipo “maior lance ou oferta”, determinando “que ao final da construção do prédio o mesmo” seria “incorporado ao patrimônio da USP, incidindo a partir do recebimento das obras, a taxa administrativa mensal” (p. 2, grifo no original). A taxa, uma espécie de aluguel, de-

veria ter o valor mínimo de R\$ 6.500 (p. 7).

Além dessa taxa, deveria haver um “aporte anual de recursos financeiros (...) a ser disponibilizado pela licitante para aplicação em atividades sociais, culturais, acadêmicas e de extensão da USP. A critério desta, bem como, quanto à época da sua utilização a cada ano” (p. 7). O índice escolhido pela USP para reajustar anualmente os valores que lhe serão repas-

sados pelos bancos é o IGP, da Fundação Getúlio Vargas.

Seriam “selecionadas as quatro (...) primeiras empresas (...) com base nas propostas apresentadas (...); estas propostas determinarão em ordem decrescente a posição do interessado, considerados os valores ofertados” para a taxa administrativa mensal e o aporte anual de recursos financeiros (p. 9).

À primeira colocada, ou seja, à instituição que no total oferecesse maior soma de dinheiro à USP no que se refere àqueles dois itens, sendo a taxa administrativa mensal multiplicada por 60, e os aportes, por cinco, no cálculo final, caberia “escolher uma das quatro localidades ofertadas na Área Bancária (...). Excluída esta área escolhida e a empresa que a escolheu”, proceder-se-ia “da mesma forma para as três outras empresas e para as três outras localidades restantes” (p. 10).

Embora a Nossa Caixa e o Unibanco tenham adquirido o edital, vendido pela Coesf a R\$ 100, só os quatro bancos vencedores da concorrência participaram dela. Como se pode ver na tabela, apenas o Banespa ofereceu um valor maior (R\$ 7.000) do que o mínimo exigido pela USP pelo aluguel. O mesmo banco foi a instituição que ofereceu maior aporte anual de recursos para aplicação em atividades diversas pela USP, para o qual não havia valor mínimo: R\$ 500 mil. São indícios de que o Banespa queria ficar em primeiro lugar na concorrência, tendo, assim, prioridade na escolha da área da agência. De fato, o banco ficou com a área 6, que fica defronte ao prédio que já ocupava no campus.

Das seis áreas em que o bolsão de estacionamento dos bancos foi dividido, só quatro foram destinadas à con-

corrência. A n.º 1, próxima à Praça do Relógio, já fôra ocupada pelo Real. A n.º 4, quase defronte à agência da Nossa Caixa, está reservada para a construção de uma livraria.

Atraso

O Banespa é o único que ainda não terminou as obras de sua agência, violando o prazo de conclusão estabelecido em contrato, que é de seis meses após a assinatura deste, ocorrida em

2/8/2005. O contrato ainda menciona que o banco tem “60 dias corridos para efetuar as instalações na área cedida” (cláusula 3ª, parágrafo 4º). Em seguida, no parágrafo 6º, estabelece-se que, “findo o prazo e não iniciada a prestação de serviços (...)”, haverá, por parte da USP, rescisão unilateral do contrato. No entanto, não fica claro se se trata do prazo de conclusão das obras do prédio ou de instalação da agência.

Das instituições envolvidas na concorrência, apenas o HS-BC aceitou falar ao *Informativo Adusp* sobre o assunto. “A Cidade Universitária é um ponto extremamente importante para qualquer empresa estar presente, especialmente do setor financeiro”, justifica Luiz Benoni, gerente regional do banco, o qual pretende reforçar sua atuação junto ao público universitário.

Procurado pela reportagem, o então coordenador

da Coesf, professor Antonio Carlos Massola, limitou-se a dizer, por correio eletrônico, que “a história da área bancária e de serviços na Cidade Universitária não está centrada nos dias de hoje. Inicia-se em 1992, passa pelo Plano Diretor da Cidade Universitária em 1998”. Na mesma mensagem, declarou que não teria condições de responder às perguntas feitas pelo *Informativo Adusp* no prazo inicialmente determinado

(2/2) porque preparava “um texto sobre a área bancária”, o qual estaria disponível a partir de 6/2.

O *Informativo Adusp* respondeu à mensagem do professor Massola, reiterando a disposição de ouvi-lo em outra ocasião e perguntando como poderia ter acesso a seu texto. O professor, contudo, não se manifestou até o fechamento desta edição. A Reitoria foi procurada, mas também se manteve em silêncio.

25º Congresso do Andes-Sindicato Nacional

O 25º Congresso do Andes-SN ocorrerá em Cuiabá (MT), de 5 a 10/3/2006 e terá como tema central “Financiamento público: garantia de direitos sociais e de democracia”. É sempre bom lembrar que é neste congresso anual que o sindicato define seus eixos e estratégias de luta, com base na análise de suas necessidades e do contexto político da realidade brasileira. A Adusp estará discutindo sua participação — compromissos e delegação — na assembléia geral de 23/2. O engajamento de todos é muito importante. Participe!

Andes realiza debate sobre fundações no PA e AP

Em 26/1, a Regional Norte II do Andes-SN promoveu na UFAP, em Macapá (AP), o seminário “Universidade pública e as fundações privadas”. Um dia depois foi a vez de a UFPA, em Belém (PA), sediar o evento. Em ambas as ocasiões, o professor Ciro Correia, ex-presidente da Adusp, proferiu palestra sobre fundações, e o professor Paulo Rizzo (UFSC), vice-presidente do Andes-SN, analisou a carreira docente.

Calourada Unificada 2006

O DCE-Livre da USP “Alexandre Vannucchi Leme” realiza, em 22/2, sua Calourada Unificada, com a seguinte programação:

10h- Mística de abertura e apresentação das entidades: DCE-USP, Adusp e Sintusp. Local: Auditório Camargó Guarnieri.

11h- Oficinas temáticas - local: FFLCH Temas: Software livre; indústria cultural; transgênicos; propriedade intelectual; educação ambiental; democratização da mídia.

12h30- almoço

14h- Lançamento da campanha por mais verbas para a educação pública. Local: em frente à Reitoria

15h- Debates - Local: FFLCH. **Reforma agrária e urbana** - Com MTST, Larissa Bombardi (PUCCamp), Rodrigo Alves (FEA); **América Latina** - com Osvaldo Coggiola (FFLCH), Gilberto Maringoni e Julio Pimentel; **Universidade** - com Otaviano Helene (IF), Eunice Durham (FFLCH) e Antônio David (UNE)

17h30- Oficinas livres - local: FFLCH

19h- Aula Magna: “Produção de conhecimento: Para quê? Para quem?” local: Auditório Camargó Guarnieri. Com MST e Paulo Arantes (FFLCH).

21h- Show da Calourada Unificada - Praça do Relógio

Ato reivindica correção da tabela do IR

A Adusp esteve presente, em 14/2, no Ato Público convocado pela Unafisco (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal), do qual participaram várias entidades, para o lançamento da campanha “Chega de Confisco”, que propõe a correção da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física.

A inflação de janeiro de 1996 a dezembro de 2005, apurada pelo IPCA, foi de

103,77%. Neste período ocorreram reajustes parciais da tabela nos anos de 2002 e 2005, respectivamente de 17,5% e 10%. Para compensar a defasagem inflacionária a tabela deveria ser reajustada em 57,66%.

A Adusp continuará acompanhando as próximas iniciativas deste coletivo de entidades. Em momento oportuno, o tema será discutido mais amplamente com os associados.

CARTA

Diretor da FO deixa presidência da Fundecto

“Relativamente a sua solicitação contida em e-mail recebido por esta Fundação em 31 de janeiro de 2006, cumpre-nos tecer as seguintes considerações:

a) Inicialmente cabe-nos justificar o não atendimento de seu pedido datado de 07/12/2005, o qual formulava indagações a respeito de assuntos que seriam publicados em Informativo da Adusp. O prazo dado até dia 08/12/2005 foi impossível de ser atendido em função de vários diretores acharem-se em férias e medidas de reformulações administrativas encontravam-se em fase de implantação nesta Instituição;

b) Quanto à atual solicitação o retorno não foi possível em virtude dos membros de nossa Diretoria estarem empenhados, neste período, em prestigiar o CIOSP, congresso que é realizado anualmente, de grande magnitude e de muita importância para a nossa classe;

c) Na reunião da Congregação da Faculdade de Odontologia da USP, realizada em 15 de dezembro de 2005, o Prof. Dr. Carlos de Paula Eduardo solicitou seu afastamento de Diretor Presidente da Fundecto, fato reconhecido

do pelo Conselho Curador da Fundação, inexistindo pois, desde aquela data, quaisquer acumulações de cargos. A posição foi assumida pelo Vice-Presidente Prof. Dr. José Luiz Lage-Marques, conforme disposição estatutária;

d) Nesta oportunidade, vimos convidá-lo a conhecer as dependências de nossa Fundação, os trabalhos por nós desenvolvidos quando teremos a ocasião de esclarecer os fatos mencionados por Vossa Senhoria. Nossos telefones são: 3819-6110, 3819-6116.

Atenciosamente
Diretoria Fundecto”.

Nota da Redação- Ao deixar o cargo de presidente da Fundecto só após a revelação de que estava incorrendo em conflito de interesses (Informativo Adusp 205, de 12/12/05), o professor Carlos de Paula Eduardo, diretor da Faculdade de Odontologia, reconhece implicitamente o fato. Resta saber que providências a USP tomará quanto ao funcionamento de uma clínica privada de radiologia, a Indor, nas dependências da FO, prestando serviços para outra instituição privada, a Fundecto.

Intervenção agrava a crise na PUC

A decisão de dom Cláudio Hummes, cardeal arcebispo de São Paulo, de intervir na gestão da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), nomeando dois representantes seus para tutelar a Reitoria da instituição, terminou por agravar a crise financeira e política vivida por ela nos últimos meses.

A Associação dos Professores da PUC-SP (Apropuc) e a Associação dos Funcionários (Afapuc) divulgaram, no dia 16/2, manifesto intitulado “Em defesa da autonomia e democracia universitárias”, em que denunciam o fato de que a intervenção da mantenedora (Fundação São Paulo) fere a democracia e a autonomia da PUC, pois desrespeita as eleições para Reitor e sobrepõe-se aos órgãos colegiados. “A universidade se encontra sob dupla intervenção”, dizem as entidades, “a dos bancos e a da Fundação” (**leia texto nesta página**).

Nota da Adusp

No dia 2/1, a Adusp já divulgara nota, assinada pelo professor João Zanetic, vice-presidente, solidarizando-se com os professores daquela instituição. “Temos acompanhado com atenção a crise financeira por que passa a PUC e ficamos particularmente preocupados com as notícias de demissão de docentes e funcionários com o intuito de diminuir ou zerar o déficit mensal, exigida pelos bancos credores”, assinou o professor Zanetic.

“Essa solução fiscal, paradigmática da política educacional do governo federal e dos governos estaduais, ameaça a qualidade da formação de quadros e da pesquisa que tem sido uma característica da PUC

nas últimas décadas. Essa queda de qualidade beneficiaria os negociistas da educação superior privada, que visam apenas o lucro fácil, pois ficariam menos distantes desse referencial de qualidade”.

Exigência draconiana

O vice-presidente da Adusp acrescentava ainda que dom Cláudio Hummes, que exerce o cargo cerimonial de Chanceler da PUC, “ao endossar essa exigência draconiana dos bancos,

desrespeita o Artigo 207 da Constituição Federal que afirma: ‘As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabili-

dade entre ensino, pesquisa e extensão’.”

A diretoria da Adusp reafirma que está à disposição da Apropuc para eventuais iniciativas que visem solucionar ou amenizar a atual dramática situação.

“Em defesa da autonomia e democracia universitárias”

A intervenção da Fundação São Paulo na PUC fere a democracia e autonomia universitárias. Desrespeita as eleições para Reitor e sobrepõe-se aos órgãos colegiados. A decisão de ampliar para três membros a Secretaria Executiva da Fundação São Paulo formaliza e amplia a interferência sobre a condução da universidade.

A renegociação da dívida com os bancos e a concentração dos débitos nas mãos do Real e Bradesco, ao invés de permitir um ajuste de médio prazo, precipitou a crise. A intervenção da Fundação, nesse sentido, começou desde o momento em que se renegociou a dívida e Dom Cláudio Hummes compareceu como avalista.

Impôs-se a exigência de cortes que chegassem a quatro milhões. Se a PUC anteriormente estava premiada por vários bancos, a redução para dois credores tornou-a mais vulnerável ainda às exigências de um plano de demissões de professores e funcionários.

Dupla intervenção

A universidade se encontra sob dupla intervenção: a dos bancos e a da Fundação.

A Reitoria elaborou

um plano baseado na “maximização” do contrato de trabalho, com apoio do Conselho Universitário. Inicialmente, argumentou-se que o objetivo fundamental não era o de demitir em massa professores. Mas acabou adentrando pela mesma medida aplicada aos funcionários: cortes e demissões. A economia alcançada chegou a três milhões e cem mil. A universidade pagou com inúmeras classes fechadas, aumento da jornada trabalho e salas de aula lotadas.

Para a Fundação, a Reitoria não cumpriu seu compromisso de saneamento. Exigiu mais cortes. A Reitoria foi ao Conselho Universitário com a proposta de demissão de professores com mais de 75 anos, por meio da aposentadoria compulsória. O Consun não aprovou de imediato, colocando a decisão para outra reunião. A nova reunião do Conselho foi desmarcada. Estava configurada a intervenção total da Fundação.

Adiou-se o início das aulas para a Fundação impor novas medidas. A Reitoria expediu um comunicado afirmando que “(...) nossa mantenedora, Fundação São Paulo, ampliou a composição de sua Secretaria Executiva

para três membros e tomou para si a tarefa de realizar outros ajustes que considera necessários para atingir a meta”. E conclui: “No entanto, reitero minha intenção de continuar conduzindo a PUC-SP na busca de caminhos inovadores e planejados para o futuro”.

Grave precedente

Entendemos que a Reitoria aceitou a intervenção e abdicou de defender a autonomia e as eleições que a conduziram ao governo da PUC. É um grave precedente para a vida interna da PUC e para as conquistas democráticas. Conquistas que se opõem ao padrão de universidade comercial, autoritária e de baixo nível de ensino e pesquisa.

A PUC acumula um histórico que a distingue do conjunto das universidades particulares, por abrigar movimentos sociais, entidades de classe, como Apropuc, Afapuc, Centros Acadêmicos e ter seu campo aberto para as causas da população oprimida. Esse contexto permite a liberdade de cátedra, fundamental para o ensino científico. Eis por que é reconhecida nacional e internacionalmente como uma universidade vincula-

da a importantes momentos críticos do país.

A crise financeira abriu caminho para forças retrógradas, que poderão destruir conquistas educacionais, trabalhistas, sindicais e democráticas. É nesse sentido que vemos a intervenção da Fundação São Paulo, a reestruturação mercantil e onda de demissões.

Está colocado para os estudantes, professores e funcionários organizarem um movimento pelo fim da intervenção e por soluções educacionais e democráticas para a crise financeira.

Reivindicamos o fim imediato da intervenção da Fundação e dos Bancos. Nenhuma lista de demissões e abertura de ampla discussão e deliberação em um fórum constituído para traçar saídas para a crise.

Temos a certeza de que a força unida de todos será capaz de fazer uma campanha que extrapole os *campi* da PUC e alcance a sociedade contra o controle dos bancos e a favor de uma solução democrática.”

Apropuc – Associação dos Professores da PUC-SP

Afapuc – Associação dos Funcionários da PUC-SP